

Processo n.º projeto-de-lei nº 010/98

11000000		DCB1
ut tariza a Evocutivo Municipal a firmar convênio o	com	s://www.camaragualba.rs.gov.br/portal/autenticidadeport CHAVE DE VERIFICACAO DE INTEGRIDADE: 68450A0256CF2F4E03DCB1
Espécie do Expediente: "Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio o		6CF2F
empresas para a construção de abrigos de passageiros."		r)A025
empresas para a construção de abrigos de passageros	9	1000 May 100
	70	nticiue VDE:
Proponente: Ver. Honório Ovalhe	(/aute
Proponente:	1	/pona
1.10 98	i	gov.p
Data de Entrada 25 / junho / 19 98	(Da.rs.
	14	maragualba.rs.gov.b/portal/autenticlaadepdr VERIFICACAO DE INTEGRIDADE: 68450
Protocolado sob n º 1851/fls.		
Andamento	JTORIA: Ver. Honório Ovalhe	HAVE
2	AUTORIA: Ver. Honório Ovalhe	בל בל
Thu 6.0. 30.06.98 baixan a Gentaire. Kom	Honó	CODIGO DO DOCUMENTO: 023806
Com So. de 06.07.98 Leuxes à Comignées de prinça c	\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	70.0T
ledges onay a Service litties. It Em 8-7-98 A Camisos de fo	0	NE NE
1 Kedagto solicitor procesor do SIMM- for	₹ -	DOC
for approach doub dos fareceres Centra nos das con	010/1998	000
	PLL 010/1998 -	CODIG
	<u></u>	<u>>_</u> ŏ
	빚쩄	狹場

GRAFICA JOFEM - FONE/FAX 480-2124





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente:

Encaminho a consideração do Douto Plenário deste Poder, Projeto-De-Lei que autoriza o Eecutivo Municipal, a firmar convênio com empresas interessadas na construção de abrigos de passageiros.

A intenção é de proporcionar melhores condições ao usuário do transporte coletivo em nossa cidade e ao mesmo tempo, dar uma oportunidade para que as empresas coloquem a sua propaganda.

É do conhecimento de todos, as dificuldades que a nossa comunidade enfrenta nessas paradas de ônibus; muitas sem abrigos, deixando—os ao relento. No inverno a situação se agrava, causando rísco a saúde publica, inclusive agravando os casos de infecções respiratórias.

Diante do exposto, esperamos a aprovação unanime desta Casa.

Ver. Honorio Ovalhe

RECEBIDO 25/06/38 15:36HORAS SECRETARIA Clu



PLL 010/1998 - AUTORIA: Ver. Honório Ovalhe



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Nº 010/98 PROJETO-DE -LEI

" AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL, FIRMAR CONVÊNIO COM EMPRESAS, PARA CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS".

NELSON CORNETET, Prefeito Municipal de Guaiba.

NELSON CORNETET, Prefeito Municipal de Guaíba .

Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte :

L E I:

ART. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal, a firmar convêge eque de construir abrigos de passageiros neste Municipal .

ART. 2º - A empresa terá o direito de colocar a sua propaganda em cada abrigo que construir .

ART. 3º - A empresa, responsavel pelo respectivo abrigo, devendra colocar no mesmo, o seguintes : DIGA NÃO AS DROGAS !

ART. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra conventa em vigor na data de sua publicação .

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍBA, em

NELSON CORNETET

Prefeito Municipal

Registre—SE E PUBLIQUE—SE :

Registre-SE E PUBLIQUE-SE : João Batista De Castro Rodrigues Secretário de Administração e Rec. Hum.





Comissão de Justiça e Redação

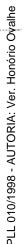
Parecer N.º
PROCESSO N.º 010/98.
REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina Solicita o Parecer do DPM.

Sala das Comissões, em 08/07/98.

Presidente

Relator







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OFN° 09 / LSM 08 / 07

Guaiba, 08 de julho de 1998.

Sr.Diretor:

Vimos por meio desta, solicitar o auxílio des te colendo órgão, no que tange a validade e legalidade do Projeto de Lei ora em anexo:

Projeto de Lei nº010/98 - "Autoriza o Executivo Municipal a firmar convê nio com empresas para a construção de abrigos de passageiros."

Proponente: Ver. Honório Ovalhe.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos abai xo, não sem antes renovar nossos votos de estima e consideração,

Atenciosamente

Ver. Antonia

Ilmo.SR.

Dr. Armando João Perin M.D.Diretor do DPM POA/RS



PLL 010/1998 - AUTORIA: Ver. Honório Ovalhe

DELEGAÇÕES

Sede Própria

Rua dos Andradas, 1270 - 11.º andar - Fone: (051) 228-7933 - Fax (051) 226-8390 - CEP 90020-008 - P. Alegre - Rio G. do Sui

Ofício nº 869/98

Porto Alegre, 23 de julho de 1998.

Senhor Prefeito:

Em resposta ao ofício nº 09/LSM/98, através do qual Vossa Senhoria solicita parecer sobre a "validade e legalidade do Projeto de Lei nº 010/98". vimos dizer o que segue:

O projeto é de iniciativa de Vereador e "autoriza" o poder Executivo a firmar convênio.

Leis formais de natureza autorizativa como a que pretende o projeto, por isso que pressupõe a prática do ato administrativo de atribuição do Executivo, como é o caso da firmatura de convênios, são, por essa razão, da iniciativa privativa do Executivo.

O objeto do projeto é autorizar o Executivo a firmar convênios com empresas para a construção de abrigos, o que caracteriza contrato e não convênio. Para a celebração de convênio e dispensável a autorização do Legislativo, bastando que o Executivo, se desejar e para tanto tiver recursos, através de processo licitatório, realize as obras ou, como sugere o projeto, conceda a terceiros executá-los mediante as condições estabelecidas em edital. A construção de abrigos em troca de publicidade se dá

O projeto, portanto, é inconstitucional, por interferir em atribuições do Executivo. Embora as leis meramente autorizativas, como a de que trata o projeto, não vinculem o Executivo a praticar os atos autorizados, a doutrina as torderado inconstitucionais por agressão ao artigo 2º 4- 0 nimo, se constituem o constitue rir em atribuições do Executivo. Embora as leis meramente autorizativas, como a de que trata i o projeto, não vinculem o Executivo a praticar os atos autorizados, a doutrina as tem considerado inconstitucionais por agressão ao artigo 2°, da Constituição Federal, eis que, no mínimo, se constituem em instrumento de ação do Legislativo sobre o Executivo.

Cordialmente.

OSCAR BRENO STAHNKE

OSCAR BRENO STAHNKE DIRETOR

A SUA SENHORIA VER. ANTÔNIO GRACIANE PACHECO MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA - RS



Comissão de Justiça e Redação

Parecer N.º
PROCESSO N.º 10/98
REQUERENTE

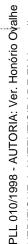
A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina

CONTRARIAMENTE POR QUE HÁ INCONSTITUCIONALIDADE

Sala das Comissões, em 05/08/98.

Presidente

Relator







GUAÍBA CÂMARA

Comissão de Obras e Serviço Público

Parecer N.º

REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina 🕏

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina :

CONTRARIAMENTE, TENDO EM VISTA A INCONSTITUCIONA GISTADO
PELO VICIO SE ORIGEM, CONFORME O AMECER DASAM.

Sala das Comissões, em 6/99

Presidente

Sala das Comissões, em 6/99

Relator

Presidente

